

## DESPACHO ADMINISTRATIVO

### LICITAÇÃO Nº 043/2024

**01** – Analisando-se os autos verifica-se que a empresa **KONSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, devidamente cientificada da decisão da agente de licitação responsável pela licitação nº 043/2024, que declarou a empresa **DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA** como vencedora, manifestou sua intenção de interpor Recurso Administrativo, conforme registrado em ata.

**02.** Conforme Ata da Sessão da Licitação, foi concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a competente apresentação dos memoriais, que foram tempestivamente apresentados pela empresa **KONSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**.

**03** – Observa-se que foram respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**04** – A empresa **DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA**. apresentou contrarrazões ao Recurso Administrativo.

**05.** A Divisão Jurídica manifestou-se por meio do Parecer Jurídico nº 220/2024, datado de 22/08/2024, a qual analisou e opinou pela **IMPROCEDÊNCIA** do Recurso Administrativo proposto pela empresa **KONSOL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 22.968.209/0001-86, mantendo o Resultado final da Sessão Pública de Licitação nº 043/2024, proporcionando cumprimento integral dos itens de habilitação e demais atos editalícios.

**06.** O processo administrativo foi encaminhado à Agente de Licitação responsável, que manteve a decisão classificatória com base nos fundamentos apresentados e no Parecer Jurídico nº 220/2024.

**07.** Tendo em vista o comprometimento da Companhia Campolarguense de Energia - COCEL com o interesse público e o dever de observar o princípio constitucional da isonomia na busca por selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, considerando o suporte fático e jurídico apresentado, **adoto integralmente as razões do Parecer Jurídico nº 220/2024, para conhecer dos recursos administrativos apresentados, e no mérito, desprovê-los**, observando os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da boa fé, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e realidade.

**08** – Diante dos fatos apresentados, necessário se faz a publicação do resultado do julgamento do recurso, tendo em vista que a Administração Pública, quando do exercício da



função administrativa, encontra-se submetida ao princípio da legalidade, consagrado no *caput* do art. 37 da Constituição da República.

**09** – Deste modo, determino a publicação deste despacho administrativo no site de licitações da COCEL e no Diário Oficial de Campo Largo, bem como o encaminhamento da decisão a todos os participantes da Sessão de Licitação nº 043/2024, assegurando a devida publicidade dos atos.

Campo Largo, 23 de agosto de 2024.

**Nelson Chagas**

**Diretor Administrativo**